

VOZ OPERÁRIA

ORGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO

Nº 135 - Junho de 1977 Crs. 1,00

Editorial

Aceitação do Manifesto do PCB comprova:

ILEGAL E' O ATUAL REGIME DE TERROR E DEPENDENCIA

A ditadura tentou outra «manobra-impacto» para justificar nova escalada da repressão contra as forças antiditatoriais, ao denunciar uma pretensa infiltração comunista na Igreja e na Câmara. Mas assim como na edição das últimas reformas políticas, com que se visou a afastar ainda mais o povo dos processos decisórios, a fórmula terminou por voltar-se contra os «milagrosos» que a elaboram.

Na medida em que o Manifesto à Nação do PCB se tornou conhecido em todo o País, suas proposições concretas puderam mostrar o quanto de calúnia e irracionalidade existe no anticomunismo primário que faz parte da essência do atual regime. Hoje, já está claro para toda a Nação quem são os verdadeiros interessados no estabelecimento de um clima de câos, desordem e insegurança, porque já está claro para todos de onde vem a delação, a violência e o terror. Não são os comunistas os interessados no «quanto pior melhor», e a história mais recente mostra que são os fascistas que jogam nesta tese. Ontem, com a Marcha sobre Roma, de Mussolini, ou com os incendiários do Reichstag, de Goering; hoje, com as AABs e as diversas edições do «Esquadrão da Morte», no Brasil, eles só diferem nas nuances, mas o objetivo é o mesmo: oficialização do terror, como forma de impedir o avanço das forças do progresso e da justiça social. Tudo em defesa dos interesses mais sórdidos do imperialismo e seus prepostos internos.

Não, bonifácios, erasmos dias e falções. Não é a mensagem do PCB que deve ser marcada pela ilegalidade. Ilegal é o regime que tenta colocar todo um povo na clandestinidade, na medida em que este povo desperta para suas reais possibilidades na

conquista de seus direitos. Ilegal é quem defende e estabelece o sequestro, a tortura e o assassinato de democratas como método de poder.

Independentemente do clima de medo e insegurança que se pretende acentuar, toda a Nação sabe hoje que, se existir democracia em nosso País, ela não pode prescindir da participação plena da classe operária, da massa trabalhadora, de seu partido de vanguarda que é o PCB. Porque a verdadeira legalidade não é a que é imposta pelas balonetas de uma minoria opositora, mas sim a que emana das decisões das grandes maiorias — única capaz de estabelecer uma ordem social realmente justa.

Por ter claro este conceito é que afirmamos não ser nossa luta atual pela democracia e contra a ditadura uma proposição apenas tática. Coerente com todo o nosso passado, suas raízes são mais profundas, fazem a base de uma perspectiva estratégica. Entendemos que a liberdade e a democracia são indispensáveis aos trabalhadores, não somente para que estes consigam melhores condições de vida, mas — e o que é mais importante — por serem o meio seguro de garantir qualquer transformação social profunda, em seu benefício e no de toda a Nação.

Hoje, bonifácios e companhia, toda a Nação está ciente disto, e já dá os passos necessários para o restabelecimento da verdade histórica. Passos mais largos, ou mais curtos. Sujeitos até mesmo a alguns recuos, é verdade, porque ninguém desconhece as condições que o regime ainda guarda para desfechar ações repressivas, mesmo sabendo que elas serão de curto fôlego. Mas passos que, com a ampliação da resistência e a consolidação da frente antifascista e patriótica, certamente levarão o fascismo ao seu inexorável fim.

Movimento estudantil e conjunto de forças antiditatoriais: integração que pode abalar o regime fascista

Quem quiser analisar seriamente o fenômeno da «reparação» do Movimento Universitário na cena política nacional deve deixar à polícia a preocupação de encontrar, por trás das ações vigorosas das últimas semanas, o chamado «dedo da subversão».

A ditadura, evidentemente, convém apresentar as coisas deste modo, a fim de tentar mascarar a revolta dos estudantes contra sua nefasta política educacional e o estado de coisas vigente no País, procurar impedir o estreitamento dos contatos entre o MU e os demais setores oposicionistas, e preparar a opinião pública para golpes repressivos e provocações, abundantes em seu não muito variado arsenal de medidas.

Trata-se, em termos de agitação e propaganda, dum operação em dois planos: isolar politicamente as lideranças do conjunto dos estudantes e, simultaneamente, isolar o movimento do resto da população. A expressão concentrada desta tática — apoiada no terror — saiu da boca do próprio ditador. Quanto à distância, quanto antagonismo, quanto ódio de classe na ameaça que ele vomitou sombriamente: «Eles querem um cadáver...»

Não, quem se alimenta de cadáveres é a máquina fascista, a reação, o imperialismo.

O Movimento Universitário, por seu turno, é alimentado pelas contradições que opõem os estudantes ao tratamento específico que recebem deste regime e à opressão a que ele submete a maioria esmagadora da população. Porque os estudantes, antes de o serem, são cidadãos, dotados de olhos e ouvidos para apreenderem, e sob certos ângulos com particular sensibilidade, o processo dramático que vive a Nação brasileira.

E é por esta razão que além sistematicamente suas reivindicações específicas aos problemas gerais que todos vivemos. O processo mesmo da luta pelas reivindicações específicas, na verdade, coloca problemas de organização dos interessados. Logo, de liberdade, o que equivale a dizer relativos à natureza do regime político e social a que estamos submetidos. A recíproca se traduz no apoio da população às ações estudantis, nos momentos em que as massas urbanas podem expressar este apoio, como ocorreu numa passeata em São Paulo. O povo se reconhece plenamente em palavras de ordem como Liberdades Democráticas e Respeito aos Direitos Humanos.

Para entender o desenvolvimento do MU, é preciso entender que ele é o setor mais combativo, mais exponente e mais organizado das camadas médias urbanas. Não é por acaso que a recente «explosão» universitária foi precedida e sucedida por manifes-

tações de repúdio ao regime partidas de setores intelectuais e entidades profissionais, e verifica-se num contexto em que a Igreja Católica assume posições cada vez mais críticas em relação ao fascismo brasileiro.

É preciso entender que isto que agora se vê não saiu do vazio, mas dum luta longa, paciente, que prossegue sem interrupção desde as derrotas de 1968. Trata-se dum processo desenvolvido nos marcos da reanimação do movimento de massas, em geral, da acumulação de forças da resistência antifascista. Nos marcos, ainda, da convergência objetiva dum amplo leque de camadas e setores da sociedade brasileira em torno da exigência de democracia.

O MU é alimentado também por ideais e aspirações. As sucessivas gerações de estudantes que viveram na pele a experiência do «capitalismo selvagem» brasileiro podem não saber ainda exatamente o que querem — e nem poderia ser de outra forma no regime fascista em que vivemos —, mas sabem muito bem o que não querem. Uma das peculiaridades desta ditadura é a fraqueza essencial da proposta ideológica que ela apresenta. O aparato existe e o discurso de propaganda é martelado, mas ele é vazio e não consegue esconder a realidade cotidiana, que grita mais alto. Restam o terror e a intimidação, mas estes, se podem ter real eficácia num ou noutro momento, têm pernas curtas. As massas são constrangidas a calar-se, mas não perdem sua capacidade de saber que pau é pau, e pedra é pedra.

A ditadura nunca conseguiu atrair para seu campo uma parcela significativa dos estudantes. Com sua política, pelo contrário, contribuiu para que a grande maioria deles se situasse no campo de seus adversários, o nosso campo, o campo da democracia.

No momento em que eles se levantam, em massa, para lutar por suas reivindicações e pela democracia, de pouco adiantará querer apresentar tudo como uma vasta conspiração. Será que a opinião pública acreditará na existência dum estrutura clandestina capaz de, em algumas semanas, acionar, do Amazonas ao Rio Grande do Sul, dezenas de milhares de pessoas em ações do mesmo gênero?

As máscaras ideológicas da ditadura militar são, cada vez mais, farrapos aos olhos sofridos e atentos do povo. Mas isto não impede que se procurem apresentar os atos de força sob a cobertura de semelhantes justificativas. Elas estão historicamente condenadas, mas a que mais pode o regime recorrer?

Os estudantes devem continuar e dar provas de lucidez e amadurecimento polí-

co, elementos que, visivelmente, se combinaram à disposição de luta revelada. Isto é importante para seu movimento e, consequentemente, para a luta antifascista como um todo.

Em primeiro lugar, evitar o estreitamento das ações. Não abandonar nem negligenciar as reivindicações específicas, as mais sentidas e a partir das quais as grandes massas se mobilizam. Não esquecer que foi em torno da exigência de mais verbas, em São Paulo, e contra o aumento exorbitante das anuidades, no Rio, para não falar em dezenas e dezenas de outros problemas, que o processo atual tomou corpo. No curso da luta, as massas vão tomando consciência de que seus problemas não podem ser resolvidos isoladamente, mas deduzir daí que lhes cabe a responsabilidade de toda a luta contra a ditadura seria um erro grave. Os estudantes não são a vanguarda social do povo nem podem se substituir aos demais movimentos de massas. Ao contrário: para deixar abertos os canais de fecundos contatos, é preciso que os respectivos níveis e ritmos de crescimento sejam respeitados e levados em conta.

Avaliando com realismo a correlação geral de forças no País, os estudantes devem recusar com firmeza o aventurelismo que facilita a tarefa do regime e repelir, com igual firmeza e com serenidade, a provocação. Devem evitar proposições em que a tônica é o desprezimento das lideranças.

E, fundamentalmente, procurar converter cada ato, cada movimentação num passo à-diante no processo de reorganização de seu movimento. Eis aí uma questão decisiva. *«O que permite articular as ações no tempo e no espaço, já o dissimula muitas vezes e não nos cansaremos de repeti-lo, é a organização.»*

É através do grau de organização atingido que se vai medir o avanço do movimento. E, neste sentido, toda confusão deve ser evitada, todo oportunismo e todo gelpismo têm de ser combatidos. Não adianta querer «saltar etapas». É preciso que cada instrumento de organização de massas, do mais restrito ao mais geral que se puder construir ou consolidar, tenha como critério o máximo de democracia, o máximo de participação.

Perder as oportunidades que, neste momento, se abrem para esta construção seria um grande prejuízo. Neste sentido, as formas legais de organização têm toda a primazia, e quando dizemos isto queremos nos referir àquelas formas que são legais, antes de mais nada, perante o conjunto dos estudantes e dos professores. Ou seja, as realmente sólidas.

Um dos indicadores, então, do rumo que tomarão os acontecimentos será o nível de participação das massas nas ações que se desenvolverem. Sempre que elas começam com milhares e terminam com dezenas pode-se temer o refluxo, o isolamento e a exposição do MU, a golpes do regime. Tudo tem seu ritmo, sua cadência própria. E as armas mais importantes de que dispõem os estudantes são o seu número, a sua unidade e a sua organização.

G. de Sá

CONTRA A DITADURA: UNIDADE DEMOCRÁTICA

Boaventura, Sigaud e os serviços

da traição

Os fatos ligados ao episódio do deputado federal Marcos Tito mostram, de maneira insofismável, algo que nem mesmo os mais aduros entre os mentores ideológicos deste regime fascista podem negar: o Partido Comunista Brasileiro, suas idéias, suas proposições, sua entrega permanente à defesa dos interesses maiores de nosso povo são componentes constantes da realidade de nosso País há muito tempo.

As denúncias contra o deputado, como sendo um pretense mensageiro do PCB dentro do Congresso, vieram a público dias depois do não menos escandaloso pronunciamento do Bispo de Diamantina, D. Sigaud, em que este delatava dois de seus irmãos de fé como propagadores das idéias do comunismo no seio da Igreja Católica. Tal coincidência nos faz abrir os olhos para uma reflexão que não merece ser subestrinada.

Temos a certeza absoluta de que tanto o deputado Sival Boaventura não havia lido anteriormente o nosso Manifesto à Nação, quanto D. Sigaud não havia, por sua própria vontade, tomado conhecimento do artigo em que *Voz Operária* analisava o documento da CNBB divulgado em novembro de 1976. O que na verdade está por trás de tudo é uma assessoria de experts do aparelho repressivo da ditadura, destinada a montar provocações que pudessem comprometer democratas que se batem heróica e corajosamente nos quadros da espionagem ilegalidade imposta pelo regime.

O que talvez não tenha ocorrido aos planejadores da provocação é que se, por um lado, criam condições para um recrudescimento mesmo que temporário da repressão, por outro fizeram uma jogada que fere fundamentalmente seus interesses estratégicos. A afirmação não pode ser considerada irrealista, principalmente se consideramos que hoje os Bispos brasileiros, em seu conjunto, conhecem a proposta de diálogo que lhes é encaminhada pelos comunistas. Ou se tomamos em conta o fato de que todo o povo teve acesso ao *Manifesto à Nação*, documento em que o PCB reitera a necessidade da consolidação da Frente antifascista e patriótica, e avança novos elementos para a busca de soluções que permitam o reencontro da Nação com o caminho de um desenvolvimento realmente justo, onde a liberdade

Quando um regime é obrigado a pensar em sigauds para suas manobras de tentativas de divisão da Igreja, ou de boaventuras para defender sua imagem política, é que realmente começa a ficar bem difícil esconder seu isolamento crescente. Por mais reais que sejam suas possibilidades de desfechar a repressão indiscriminada, esta será certamente de curto fôlego. A aceitação do Manifesto do PCB mostra que a Nação já não teme o terror.

de e a participação popular se tornem o apanágio do regime social que se venha a instalar com a queda do fascismo.

O deputado Boaventura sabe que seu colega Marcos Tito não é um comunista. Mas quem nesta Nação — salvo os diretamente interessados na manutenção de um clima de opressão terrorista como forma de garantia dos superlucros das grandes multinacionais e seus prepostos locais — pode estar contra as proposições do Manifesto de PCB? O deputado Marcos Tito, se mesmo involuntariamente tomou a essência do Manifesto para a elaboração de seu discurso, o fez porque as idéias ali contidas não se chocam com as proposições de nenhum democrata honesto, qualquer que seja o setor, classe ou grupo social em que se integre.

E aí está o serviço que os delatores terminam por prestar inconscientemente às causas justas. O povo brasileiro, que pôde comparar o discurso vergonhoso de Boaventura com as teses apresentadas por Marcos Tito, onde todos os pontos da realidade são tocados, onde propostas concretas para a busca de um saída que tire a Nação da crise permanente em que foi mergulhada pelo fascismo fazem a tônica, este povo sabe de que lado está o futuro, de que lado está o progresso social.

Os Bispos que tomaram conhecimento do artigo de VO, onde se classifica o Documento da CNBB de marco histórico na luta dos democratas, e que puderam compará-lo com o ódio e a intolerância que emanam do pensamento morbidamente reacionário de D. Sigaud, podem compreender porque dizemos que o diálogo entre marxistas e cristãos tem que ser um dado constante no desenvolvimento de uma sociedade brasileira justa.

Não há dúvida que, de forma individual porém efêmera, tanto o deputado Marcos Tito quanto os Bispos D. Pedro Casaldaliga e D. Tomás Balduino, podem ter se transformado em alvos do terror da repressão. Mas o preço que o fascismo paga por isto é muito elevado para as suas possibilidades históricas.

A legalização do nosso Partido já se insere hoje como uma exigência das forças antifascistas. Não porque, obrigatoriamente, elas se coloquem em seu conjunto alinhadas

com as nossas premissas políticas, ideológicas ou filosóficas. Nem nós assim o pretendemos, na medida em que não nos consideramos proprietários exclusivos das boas soluções para o encaminhamento das lutas de nosso povo.

Mas o que não podemos esconder atrás de uma falsa modestia é a certeza de que nossa imposição como dado permanente no quadro da realidade brasileira se deve a toda uma história de despreendimento, e de fidelidade integral aos interesses do nosso povo e da Nação. Uma história que nos permite afirmar sermos o único partido político com forças para resistir a todas as mudanças sociais dos últimos cinquenta e cinco anos; o único partido político que guardou sua estrutura e evoluiu em suas proposições muito embora não tivesse tido mais do que dois anos de existência legal. Um partido que chora seus mártires, mas que nunca se dobrou diante de seus opressores. Um partido que esteve na vanguarda de todas as causas justas de nosso povo, com a sugestão de rumos cuja correção sempre foi comprovada na prática. Ontem, por exemplo, no combate pela nacionalização do petróleo. Hoje, na construção de uma frente antifascista e patriótica como o instrumento mais eficaz para a derrubada do regime fascista, e primeiro passo para o estabelecimento de uma democracia plena em que a participação popular seja o dado fundamental na elaboração de um consenso político.

É por isso que se fala em legalização do PCB.

Ao mesmo tempo, o que faz a marca da ditadura e seus agentes? A resposta não é difícil: a delação, o sequestro, a tortura e o assassinato de patriotas; a entrega de nossa soberania e de nossas riquezas aos interesses das multinacionais; uma concepção de segurança nacional onde o povo é apresentado como o primeiro inimigo; o cerceamento de nossa criação intelectual e a tentativa — frustrada — de transformar nossa juventude em robôs incapazes de discernir por seus próprios meios.

Mas o que marca este regime fascista é também o seu já inegável declínio histórico, mesmo que em sua vulnerabilidade guarde ainda um perigo concreto na medida em que as alavancas do poder estão sob seu controle enquanto persista a unidade ideológica dos altos comandos militares.

O PCB, independentemente das mil mortes «decretadas», cresce e se impõe porque é portador das idéias do progresso, da liberdade e da democracia, do socialismo.

Enquanto isto, este regime e seus agentes não têm outra resposta senão a violência assassina, mascarada na demagogia, numa certeza crescente de que seu futuro não será diferente dos seus exemplos e inspiradores de triste memória. O fim da história.

M. Silva

LEIA, REPRODUZA E DIVULGUE ESTA VOZ OPERÁRIA

DOCUMENTO

1. — Num quadro de constante agravamento da situação política, e pressionada por uma resistência popular crescente, a ditadura reagiu com violência, decretando o recesso do Congresso e introduzindo uma legislação legal e eleitoral das correntes oposicionistas e mesmo das apenas discordantes. A Tônica desta legislação é, novamente, a exclusão do povo do processo político e o apelo às eleições indiretas numa extensão cada vez maior.

É claro que, ao proceder desta forma, o regime não conseguiu deter o processo de desgaste a que se encontra submetido, nem muito menos inverter, a seu favor, a evolução da correlação de forças, que tende a ser mais e mais desfavorável ao fascismo. Em pleno processo de perda de substância e de apoio junto às suas bases, e incapaz, por isso mesmo, de dividir a oposição, o poder fascista só fez acentuar o seu próprio isolamento quando decretou o recesso parlamentar, e alterou a legislação eleitoral. As tomadas de posição contrárias às medidas governamentais assumiram proporções que atestam o repúdio da maioria da Nação a esta nova demonstração de arbítrio. Os mais variados setores da vida nacional se manifestaram de modo a deixar claro que só o uso da força — força que é antes de mais nada militar — permitiu e caucionou a posição assumida pelo ditador. O regime não conseguiu sequer o consenso de suas próprias bases políticas: não houve unidade no campo da ditadura para a adoção de tais medidas.

O governo de Geisel ficou reduzido, nesse momento, às suas verdadeiras dimensões: as de representante de um regime minoritário, que é obrigado a passar por cima de seu próprio partido político, a Arena, e a buscar sustentação diretamente nos comandos militares reacionários.

O conjunto das forças oposicionistas, ao invés de silenciar, continua a desenvolver com vigor sua ação, e a grande maioria das correntes de opinião e de pensamento criticam rigorosamente o fascismo, numa tentativa de encontrar uma saída para o atual estado de coisas. A marginalização do povo da vida política do País, que já uma constante do sistema de governo brasileiro atual, aumentou, tornando os mecanismos de representação mais precários. E cresceu, como consequência deste conjunto de fatores, o descontentamento dos mais amplos setores da população em relação ao regime que o dirige.

Ao nível econômico, os problemas que vinham se acumulando como resultado de uma orientação antinacional da economia brasileira continuam a se agravar. A aplicação da política de favorecimento dos setores monopolísticos e financeiros, que se traduziu numa brutal compressão de salários e na criação de graves desequilíbrios sociais, regionais e setoriais, está agora, depois de esgotado o "amalgam", mostrando as suas verdadeiras consequências.

O aumento da taxa de inflação provoca, por parte do governo, novas medidas de restrições salariais, num evidente propósito de descarregar sobre as classes trabalhadoras o ônus da política anti-inflacionária. Reforça-se, assim, o "marchoa salarial", ao mesmo tempo em que aumenta o desemprego e diminui a taxa de crescimento de vários setores da indústria. O que se provoca é a

NOTA DA COMISSÃO

falência de pequenas e médias empresas, ou sua conseqüente absorção, na medida em que se acentua o processo de concentração monopolística.

O endividamento externo, causando déficits sucessivos na balança de contas correntes, assumiu proporções alarmantes. O serviço da dívida (pagamentos de juros e amortizações) está consumindo cerca de 40% das exportações brasileiras, e o recurso posto em prática pelo governo é o de contrair novos empréstimos no mercado financeiros internacional, acarretando um aumento da própria dívida e onerando ainda mais as exportações.

Torna-se evidente que não é possível, nos quadros do atual regime, definir um rumo para a economia que leve em conta os interesses das massas trabalhadoras, e que defenda as riquezas nacionais frente à exploração imperialista. Representante dos monopólios nacionais e internacionais, o regime ditatorial continua adotando uma política econômica antinacional e hostil às massas trabalhadoras, como vem fazendo desde 1964.

2. — Ao examinarem a situação política nacional, os comunistas têm presente, portanto, a idéia de que as possibilidades de luta contra a ditadura fascista, ao invés de se restringirem, ampliaram-se ainda mais. Encontram-se hoje em oposição ao regime camadas, grupos, setores e classes sociais inteiros. A tarefa primordial dos comunistas e dos demais democratas que lutam pela transformação da situação no Brasil é a de desenvolver ações unitárias nos diversos níveis colocados pela luta política, visando a aumentar o isolamento do regime e fazendo com que a resistência à ditadura se transforme em um movimento capaz de impedir novos atos arbitrários, através de manifestações vigorosas dos diversos segmentos que compõem a frente oposicionista. Nosso objetivo é o de estimular ao máximo a potencialidade de cada um desses segmentos, buscando sempre a unidade, garantia e base da unidade mais ampla do movimento de oposição.

A movimentação política dos últimos meses no Brasil demonstrou, mais do que nunca, a fragilidade de um sistema oposicionista que não se encontra plenamente enraizado no movimento de massas. A luta contra o fascismo não poderá ser conduzida de maneira vitoriosa sem uma profunda participação das massas populares no movimento geral de oposição. Tal participação é a garantia de uma oposição forte e solidamente estruturada, e, ao mesmo tempo, o principal fator de unidade da frente oposicionista e de certeza de que a derrubada do fascismo abrirá o caminho para a construção de uma democracia avançada em nosso País.

Estas afirmações se tornam mais importantes na medida em que se assiste hoje a um processo de definição das diversas correntes políticas nacionais, interessadas em

buscar uma alternativa ao quadro existente. De um lado, encontramos os setores que, provenientes do próprio campo de forças ditatoriais, e constatando o nível de desgaste a que chegou o regime, procuram efetuar substituições no aparelho de poder, sem modificar essencialmente sua armadura institucional. De outro lado, encontramos uma parcela da oposição legal que, a partir da revogação da legislação de arbítrio e terror que o fascismo implantou no Brasil, busca lançar as bases de um novo sistema jurídico-institucional que conduza à criação de um estado de democracia restrita.

A posição dos comunistas diante destas tomadas de posição é clara: como sempre, na vida de nosso Partido, estamos dispostos a trabalhar com todas as correntes que queiram, efetivamente, fazer avançar o Brasil no rumo da democracia, mas compreendemos que a vinculação ativa das massas populares a este projeto é algo indispensável. Não acreditamos que se possa, seja desenvolver a luta contra o fascismo e derrotá-lo, seja construir um Estado democrático no Brasil, sem a presença do povo e, particularmente, da classe operária.

Na medida em que se desenvolvem as lutas de massas, na medida em que o movimento sindical e a classe operária passam a integrar mais efetivamente o quadro da luta política, criam-se as condições para a formação de uma frente antifascista sólida, que poderá, dado o seu grau de unidade e combatividade, desempenhar o papel de direção da luta antiditatorial. O nível de descontentamento das massas populares permite sua organização, assim como o aumento de sua combatividade, de maneira a que se possa inverter a tendência atualmente observada, ou seja, a existência de um descompasso entre o crescimento da oposição e a estruturação da frente antifascista. Enquanto persistir a fraqueza do movimento organizado das massas trabalhadoras, da cidade e do campo, dificilmente a frente antifascista poderá se articular.

O movimento de massas vem apresentando uma vitalidade nova no quadro político atual. Sua combatividade, e a diversificação de suas formas de luta, é o resultado de um longo processo de amadurecimento e acumulação, que permitiu, historicamente, manifestações em que se tornou patente a oposição das massas ao regime. Mas esta vitalidade pode ser reforçada. A distância entre um sentimento difuso de oposição e a sua materialização em termos de organização popular é ainda grande, e é nossa tarefa buscar meios que possibilitem o desenvolvimento da luta de massas.

Torna-se necessário ampliar os diversos segmentos do movimento de massas, trazer novas parcelas do proletariado e das massas trabalhadoras rurais, assim como incorporar novos setores das camadas médias e uma oposição mais aberta ao regime. As contradições que vêm se aprofundando entre os grandes monopólios nacionais e internacionais e

EXECUTIVA DO PCB

(junho de 1977)

as frações não-monopolistas do capital devem ser exploradas, de modo a que estas frações possam também participar da frente oposicionista.

No momento em que o movimento estudantil vai às ruas, e em que se multiplicam os pronunciamentos contrários à política da ditadura, é importante não perder de vista a solidariedade entre os diversos setores da oposição, assim como é importante que cada setor não se deixe isolar dos demais no momento em que desenvolve ações específicas. A unidade e a convergência final aparecem, deste ponto-de-vista, como resultado das ações setoriais, em que cada segmento se desenvolve com seu ritmo e sua potencialidade próprias, e não como algo previamente determinado ou decretado. Cabe às forças de vanguarda e aos comunistas em particular, fazer com que os choques setoriais se dirijam, unitariamente, e nos momentos em que esta convergência se revelar possível, contra o inimigo comum: o fascismo.

3 — A situação política nacional tende a se tornar mais tensa na medida em que questões como a decisão de sucessão do ditador e as eleições legislativas de 1978 começam a se fazer mais presentes no quadro nacional. Posto que tende a acelerar-se o ritmo do processo político, e de se prever que novos momentos de auge se produzirão, exigindo por parte dos comunistas a máxima atenção e flexibilidade.

Mesmo com as restrições impostas ao processo eleitoral, as eleições continuam a se constituir num importante momento do trabalho de massas, com vista a reforçar sua unidade e a denunciar, por todos os meios, a política do regime. É possível criar, no decorrer da campanha eleitoral, uma situação tal que a ditadura se veja na impossibilidade de aplicar a legislação que restringe a propagação dos candidatos. Devemos nos preparar para enfrentar, desde já, o processo eleitoral, difundindo nossas palavras-de-ordem e nosso pensamento político, de modo a fazer com que o movimento de massas possa sair reforçado, e a ditadura se veja novamente derrotada.

A impossibilidade da manutenção da situação atual implica num aguçamento dos choques entre as forças do regime e as correntes oposicionistas, ao mesmo tempo em que acelera a busca de soluções e compromissos que possam, ao menos temporariamente, garantir a sobrevivência do regime. Em repetidas ocasiões já deixamos claro que tais soluções são necessariamente precárias, na medida em que marginalizam as amplas massas populares do processo político, adiando assim a conquista de um regime verdadeiramente democrático. Existem setores que, no momento em que se constata a fragilidade do quadro institucional presente, propõem a eleição de uma Assembleia Constituinte que possa definir um novo ordenamento jurídico do País. Queremos deixar claro que somos a favor de uma Constituinte,

mas cujos processo de eleição e elaboração de um novo quadro legal sejam precedidos da mais ampla discussão sobre os temas nacionais, em que todas as formações políticas possam manifestar-se livremente. Esta discussão não pode ser monopólio de poucos, pois o regime que dela resultar dependerá, no que diz respeito à fragilidade ou à solidez de sua forma e de seu conteúdo democráticos, da maneira como as forças políticas estiverem representadas, e do grau de influência que tiverem as camadas populares nas decisões.

O mecanismo da livre discussão e representação dos mais diversos setores e camadas da sociedade é o mecanismo que permite a conciliação nacional, entendida como um consenso em torno de algumas questões básicas, que se referem fundamentalmente à própria existência de um regime democrático, mas que não exclui as divergências, por vezes mesmo profundas, sobre como encaminhar os problemas relativos ao desenvolvimento econômico e social do Brasil.

É exatamente com o objetivo de tornar possível a livre manifestação das diversas forças em presença, que lutamos por uma anistia ampla, e pela liberdade de organização das correntes políticas e de pensamentos nacionais.

Os comunistas trabalham com a visão de que as camadas populares devem estar presentes neste processo de discussão. Só podemos considerar como realmente democrático um regime que garanta a expressão e a participação do movimento sindical e da classe operária, dos sindicatos rurais e das massas camponesas, assim como de todos os outros setores da sociedade que têm direito inquestionável de manifestar seus interesses em relação a todos os problemas vinculados ao desenvolvimento brasileiro. A partir daí, consideramos que será possível equacionar corretamente o processo de construção da democracia no Brasil e o papel das diversas forças e instituições nacionais nesta construção.

Não pretendemos, como já afirmamos em outras ocasiões, marginalizar nenhum setor da vida brasileira na formação do consenso a partir do qual poderá ser implantada a democracia em nosso País. Compreendemos que para este objetivo é necessário a participação das organizações populares, das correntes políticas, da Igreja, das Forças Armadas e das associações profissionais. Sem a unidade destes setores em torno da democracia consideramos que o regime que suceder à queda do fascismo será frágil e exposto a golpes eventuais.

4 — Sob difíceis condições de clandestinidade, os comunistas desenvolvem sua ação dirigida para a unidade das correntes democráticas na luta contra o fascismo, procurando ao mesmo tempo, impulsionar a luta de massas em seus setores decisivos, principalmente a classe operária.

Tal atividade política leva em conta o fato

essencial de que a reação continua pronta para desfechar novas golpes, com o intuito de desorganizar e paralisar o trabalho, de atingir o movimento de massas e democrático. É necessário saber se resguardar, saber recuar no momento em que a repressão se abate ou ameaça se abater sobre os locais em que o trabalho de massas se concentra, mas compreendendo sempre que não é isolado do movimento de massas, nem sozinho, que o Partido poderá enfrentar vitoriosamente o aparelho repressivo. É na vinculação cada vez mais estreita com as massas, e fundamentalmente só nela, que os comunistas encontram sua segurança. É dela que eles tiram a força e as condições necessárias para o prosseguimento de suas tarefas. Compreendendo que a intensificação das ações de massas conduzirá a choques inevitáveis com o poder fascista, que utilizará sem dúvida alguma o aparelho de repressão existente, os comunistas terão de evitar os golpes da reação através de seu enraizamento nos locais de concentração das massas trabalhadoras, das forças sociais que são aliados fundamentais da classe operária, e através de ações unitárias que não possam ser divididas ou isoladas pelo poder. Diante do vulto e do caráter unitário das lutas populares, o braço da reação pode perder sua eficácia e o fascismo pode ser derrotado.

Ao travar a luta contra a ditadura, nas condições concretas em que ela se coloca hoje, devemos compreender a importância que adquiriu nosso pensamento político como pólo aglutinador de consideráveis setores da sociedade. Pode-se afirmar, sem exagero, que nosso pensamento está mais do que nunca presente na vida social e política brasileira, não como uma entidade abstrata, mas como uma força material que precisa ser levada em conta quando se examina a correlação de forças. A legalização do Partido Comunista Brasileiro, num quadro democrático, diferente do atual, de há muito deixou de ser uma reivindicação exclusiva dos comunistas. Existem hoje setores ponderáveis das correntes de opinião e pensamento do País que compreendem a impossibilidade de marginalizar os comunistas da vida nacional. E isto se dá exatamente porque nossa influência aumenta no seio das massas populares, porque nosso pensamento revela sua justeza através de proposições que penetram os diversos níveis da sociedade, e se comprova a capacidade dos comunistas se manterem como uma força atuante, viva, ligada à problemática brasileira e capaz de influir sobre os acontecimentos, com porte-voz e vanguarda política das camadas e classes populares.

Devemos desenvolver o trabalho de massas também com esta perspectiva, a da necessidade da legalização de nosso Partido como elemento básico do processo de reordenamento democrático que certamente se produzirá. Queremos a democracia, e a liberdade do nosso Partido, porque achamos que aí se encontrará o melhor terreno para a defesa dos interesses da classe operária e das demais camadas populares. Lutamos hoje, como sempre o fizemos, pelas liberdades democráticas, para que nosso povo possa escolher numa perspectiva de justiça social, o melhor caminho para o desenvolvimento do Brasil.

Comissão Executiva do PCB

Didadura não esconde que é cúmplice do terrorismo

Não se trata mais de uma Constituição de um «Estado socialista dos operários e camponeses», mas de um «Estado socialista do povo em sua totalidade, que exprime a vontade e os interesses da classe operária, dos camponeses e da intelectualidade de todas as nações e etnias do país». Este é o traço fundamental da nova Carta Magna apresentada aos cidadãos soviéticos no ano em que se comemora o 60º aniversário da Grande Revolução de Outubro. Uma Constituição que, em síntese, corresponde ao estabelecimento de uma nova fase na marcha que o povo soviético empreende na direção da construção do comunismo.

Não foi sem muitos sacrifícios de várias gerações que a União Soviética chegou ao estágio social de hoje. Da Guerra Civil que se seguiu à Revolução de 1917 aos dias atuais, quando um cinismo exemplar permite que as principais potências imperialistas levantem dúvidas quanto à questão dos direitos humanos dentro de suas fronteiras, esse povo venceu as maiores dificuldades, perdeu uma imensa multidão de seus melhores filhos, sacrificou-se materialmente em benefício da luta de libertação de outros povos, e se transformou em um baluarte das forças que mudaram a fisionomia do mundo em nosso século.

É verdade que erros graves foram cometidos, mas nenhuma crítica foi mais dura do que a feita pelos próprios Congressos do PCUS. Críticas que não se apagam no tempo, que se mantêm mesmo agora, como confirma o relatório de Leonid Brejnev apresentando o projeto da nova Constituição, em que se visa ao «reforçamento da legalidade socialista e da ordem social».

«Não sabemos que alguns anos que se seguiram à adoção da Constituição (a anterior, a de 1936) foram marcados por uma repressão ilegal, por violações dos princípios da democracia socialista, das normas leninistas de vida do partido e do Estado. Isso foi feito com desprezo pelas disposições constitucionais existentes. Isso não deve se repetir. É conhecido o imenso esforço feito por nosso Comitê Central, pelo Soviet Supremo da URSS e o governo soviético, para aperfeiçoar as leis soviéticas, para pôr em prática as garantias reais contra toda violação do direito dos cidadãos, contra os abusos do poder e da burocracia. Generalizando de alguma forma o conjunto dessas garantias, o projeto sublinha que todos os

órgãos do Estado e todos os funcionários, todas as organizações sociais e todos os cidadãos são obrigados a observar a Constituição e a lei».

Diante deste quadro, é válido concluir que somente o cinismo e a má-fé podem justificar as pretensas posições humanistas das principais potências imperialistas, recentemente preocupadas com os direitos humanos. Cinismo, porque pressupõe «esquecimento» dos milhões de democratas assassinados em todo o mundo — nas guerras intervencionistas ou nos golpes de Estado conduzidos por essas potências. E má-fé, ao mascarar o verdadeiro objetivo da campanha: buscar formas de não respeitar os acordos que permitam transformar a *détente* política em *détente* militar. Mas a mentira, a calúnia e a demagogia têm pernas curtas. Independentemente de todos os meios de intoxicação ideológica de que dispõem, os porta-vozes do imperialismo não poderão impedir que o amanhã da humanidade seja de progresso e paz em uma sociedade sem classes, forma única de permitir o desenvolvimento total das possibilidades do homem.

União Soviética tem uma nova Constituição

Foram arquivados os «inquéritos» sobre a série de atentados terroristas cometidos em 1976 contra pessoas e entidades, diretas ou indiretamente, ligadas à luta pelas liberdades democráticas em nosso País. Tragicamente, não há surpresa em tal notícia, tanto que os jornais não dedicaram a ela mais do que algumas linhas de cantos de páginas, por vezes com títulos até satíricos.

Mas, atrás deste fato há alguma coisa que já vai se tornando insuportável para a imensa maioria do povo: a institucionalização do terror é de violência como métodos de poder. Porque não foi segredo para ninguém que, depois das bombas na ABI, OAB, Cebrap, Editora Civilização Brasileira; ou depois do sequestro do Bispo Dom Adriano Hóplito, cujo carro foi dinamitado diante da sede da CNBB; nunca faltou a assinatura de uma pretensa Aliança Anticomunista Brasileira. E aí, justamente, se encontra a lógica do arquivamento.

Quem, medianamente informado, não sabe que a AAB é mais um dos «sistemas paralelos» do aparelho repressivo instalado depois do golpe de 1964? Um aparelho repressivo coerente com o regime fascista que se implantou, e que nunca vacilou

em recorrer ao sequestro, à tortura e ao assassinato de democratas para poder melhor servir aos interesses internacionais que a atual ditadura representa.

E este é o ponto fundamental da questão: a violência não está somente nas bombas lançadas por um «grupo provocador». Ela está sobretudo na filosofia de poder que emana do Palácio do Planalto e que encontra sua sustentação na unidade ideológica do alto comando das Forças Armadas, e na truculência psicopática dos armando falcão e erasmus dias que infestam nossa Nação.

Ela está, antes de tudo, na concepção distorcida de segurança nacional que se impõe criminosamente ao nosso Exército nos dias atuais; uma concepção fundamentada em transformar as Forças Armadas em inimigos de seu próprio povo, em capitães-do-mato dos grandes consórcios multinacionais.

A violência está na distorção grosseira dos fatos históricos que nos obrigam a suportar arengações anticomunistas cinicamente lidas no dia em que se comemora o esmagamento do fascismo hitlerista. E, o que é pior, tentando transformar em nosso grande inimigo exterior justamente o povo que mais sofreu, e que mais heroicamente combateu, esse fascismo: o povo soviético.

A violência está na repressão sangrenta que frequentemente se lança sobre os representantes da classe operária que ousam se levantar contra a super-exploração à que esta é submetida em benefício dos lucros dos monopólios estrangeiros. Ou na que se lança contra os posseiros ao expulsá-los das terras que trabalham há gerações, para entregá-las às grandes empresas capitalistas especuladoras, ou aos latifundiários.

A violência está, em resumo, na essência mesma deste regime fascista que já lida muito poucos com sua demagogia desenfreada.

A resposta da Nação não pode ser outra do que a propugnada aqui mesmo em *Voz Operária*, no artigo em que denunciávamos os atos de terrorismo como armas do desespero: «Lucidez e ação de massas, a via justa dos democratas». *Lucidez*, para manobrar tendo em conta os perigos que a vulnerabilidade da ditadura encerra, e *ação de massas* para neutralizar os atos de desespero que emanam de tal vulnerabilidade. Sem aventureirismos, sem fazer o jogo da provocação, mas com firmeza nos objetivos a alcançar: a queda da ditadura e o estabelecimento de um clima de liberdades plenas, forma única de encontrar os rumos para um desenvolvimento justo e que coloque o nosso País no lugar que ele realmente merece no concerto internacional das Nações.

ANTICOMUNISMO É ARMA DA DIREITA

A CEPAL, o imperialismo e o Brasil

A secretária Executiva da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina), acaba de publicar os primeiros dados de balanço do comportamento da economia latino-americana em 1976.

A natureza das cifras divulgadas não nos permite análises exaustivas, mas já dão uma pérfida idéia da empresa gigantesca de pilhagem que a máfia das multinacionais pratica sobre as riquezas produzidas pelos povos do continente.

Em 1976, os países da América Latina (com exceção de Cuba) exportaram mercadorias de um valor de 42.352 milhões de dólares. Esses recursos foram insuficientes para pagar as importações que se elevaram a 43.359 milhões. A diferença é de 1.024 milhões de dólares. Mas não é tudo. As mercadorias importadas cruzam ares, atravessam mares, transpõem fronteiras em meios de transporte que, em sua maioria, não pertencem aos países do continente. Paga-se, portanto, esses transportes em divisas, assim como os seguros, a companhias controladas pelo capital financeiro internacional. Tais despesas representam 3.870 milhões de dólares, o que faz com que afinal as importações custem 47.269 milhões de dólares.

Com isso, o déficit da balança comercial da América Latina sobe para 4.917 milhões de dólares. Se excluirmos dessas contas os países produtores de petróleo na região (Venezuela, Bolívia, Equador e Trinidad-Tobago), cuja balança comercial é excedentária por motivos óbvios, o déficit comercial dos 19 países restantes já vai para 6.576 milhões de dólares.

O açoíro não termina aí. É preciso também pagar a ajuda «inestimável» que os monopólios internacionais nos prestam ao investir em nossos países, o que não é difícil de calcular, porque os lucros por eles obtidos, e transferidos para as matrizes, estes são estimáveis.

Os investimentos diretos realizados por firmas norte-americanas na América Latina são atualmente da ordem de 22 bilhões de dólares, com os quais se obtém por ano 2 bilhões de dólares de lucros líquidos, transferidos para os Estados Unidos. Os imperialistas americanos abocanham a parte do leão da mais-valia produzida pelos trabalhadores do continente, mas a eles há que somar ainda os comparsas ingleses, japoneses, alemães, suíços, italianos, e outros não menos ávidos de lucro fácil. O total da pilhagem — apenas a título de lucros transferidos — se elevou então em 1976 a 3 bilhões de dólares. Esta quantia deve ser deduzida da nossa capacidade de importar as condições que fazem falta dramaticamente aos trabalhadores de nossos países: meios de transporte, petróleo, centrais elétricas, fertilizantes, tratores, máquinas, materiais produtivos, tecnologia. Para que tais meios de produção sejam incorporados às economias da região, cada vez mais é necessário que eles encarnem a «alma social» de elementos do capital imperialista.

A sangria das riquezas latino-americanas não se detém aí. Como as exportações não são suficientes para cobrir as importações (e as despesas anexas) mais as remessas dos lucros, entra em ação o empréstimo internacional, concedido mediante taxas de juros exorbitantes, e a prazos que não cessam de reduzir. A dívida externa do continente eleva-se assim a 61.000 milhões de dólares em 1976. Segundo o citado relatório da CEPAL, os lucros remetidos às matrizes pelas sucursais das multinacionais somados aos juros bancários pagos aos países capitalistas perfazem a soma de 7.139 milhões de dólares.

A América Latina é atualmente obrigada a solicitar novos empréstimos que não são destinados a cobrir suas necessidades econômicas, mas sim para pagar suas dívidas, encerrando o continente em um círculo vicioso de dependência.

Na impossibilidade de romperem com a engrenagem que conduz a tal situação — que vai muito além destes elementos contábeis apresentados, por tocar orientações básicas do desenvolvimento econômico — certos servidores fiéis dos interesses imperialistas bem conhecidos de todos nós afirmam que exportar mais é a solução. Um pouco mais de soja aqui, um tanto mais de café ali, e logo sairemos do bicuro. Quem já não ouviu esta cantilena?

A este respeito, alguns dados fornecidos em maio de 1976 pelo *International Financial Statistics*, órgão do FMI, indicando tendências de longo prazo, jogam um balde de água fria em eventuais entusiasmos suscitados pelo *boom* conjuntural desses produtos. Com efeito, a participação da América Latina dominada pelo imperialismo no comércio mundial não deixou de diminuir ao longo dos últimos anos. Se em 1960 as exportações da região representavam 8,9% do total das exportações efetuadas no mundo capitalista, em 1960 esta participação era de 6,9%, em 1970, de 4,9%, mantidos ainda em 1975. Se excluirmos a Venezuela e o Equador — os dois maiores exportadores de petróleo na região — a participação da América Latina se reduz a 3,1% em 1975, e a 2,9% em 1976. Uma cifra alarmante, quando se considera que a população da região representa 8,2% da população mundial.

E O BRASIL?

A economia brasileira, tantas vezes apresentada como modelo de desenvolvimento a ser seguido pelos países vizinhos, confirma, infelizmente, os traços essenciais desse balanço sombrio. É o que se depreende do exame das contas externas em 1976. As exportações alcançaram o valor de 10 milhões de dólares, favorecidas que foram, já então, pelos preços altos de café e de soja, para fazer frente às importações que custaram 12 milhões de dólares. Nesse ano os juros correspondentes à dívida externa (1,8 milhões de dólares) somados às amortizações (2,5 milhões) de empréstimos anteriormente contraidos dão-nos o total do serviço da dívida externa: 4,3 milhões de dólares, ou seja, 43% do valor de nossa exportação no ano.

Dirão agora os «milagrosos» que nos governam: foi o petróleo que subiu de preço; importamos a inflação dos países desenvolvidos; é um desequilíbrio passageiro devido a tal ou qual razão de conjuntura, com um pouquinho mais de sacrifício, a obra de «defendência nacional» iniciada há 13 anos se

consolida.

Pois bem, seria útil recordarmos o teor do relatório sobre as nossas contas externas que o então Ministro da Fazenda, Carvalho Pinto, apresentou ao gabinete recém-empossado e ao Presidente da República, no dia 4 de julho de 1963.

A situação da nossa balança de pagamentos era caracterizada como catastrófica. Sabem por que? Porque os débitos do Brasil no exterior somavam cerca de 3 milhões de dólares, e que as amortizações e pagamentos de juros já programados para os anos de 1963/1965 eleva-se-iam a 1,8 milhões de dólares, ou seja, cerca de 43% da renda das exportações previstas para estes três anos!

Na época, esse balanço preocupante foi atribuído pela reação golpista às reivindicações excessivas dos trabalhadores, à «corrupção», à «desordem governamental». E concluíam pela necessidade de impor um novo estado de coisas que acabasse com as graves arrechações os anseios nacionalistas e, aos poucos, se iria modernizando a economia com o beneplácito dos banqueiros e investidores estrangeiros. A prática mostrou como foram importantes para a posta em prática de tal programa os métodos do terror fascista que se implantaram.

Mas olha aí os 43% de novo!

Voltamos ao mesmo lugar? Seguramente não. A causa das dificuldades que se refletem em nossas contas externas é estrutural, a mesma que nos afligia em 1963: a pilhagem do patrimônio nacional pelo imperialismo, o que induz profundo desequilíbrio no crescimento das forças produtivas, perpetuando o atraso de setores inteiros da economia, controlando as avançadas mestras da acumulação, drenando para o estrangeiro uma parte crescente das riquezas aqui produzidas, através de uma complexa rede de dependência financeira, tecnológica e comercial.

Romper esta camisa de força, através de uma mudança da orientação do desenvolvimento econômico é uma tarefa que continua na ordem do dia. A diferença é que em 1963, os setores sociais diretamente prejudicados pela dominação imperialista dispunham de condições políticas propícias, num clima de liberdade nunca antes atingido em nosso País. E não foi por capricho que a reação recorreu ao golpe de força de 1964, primeiro passo na instalação do regime fascista atual. O desenvolvimento capitalista que se seguiu, ao lado do cortejo de miséria resultante da opressão que gerou, foi também obrigado a viver um sem número de produções atávicas. Ampliou-se o setor estúpido da economia que realiza hoje mais da metade dos investimentos produtivos atuais. Enfim, há todo um potencial criado pelo trabalho nacional, que se hoje é instrumento da exploração deste trabalho, e bomba de sucção das riquezas nacionais pelas multinacionais, poderá no futuro servir de base para um rumo oposto de desenvolvimento econômico, voltado para o suporte da independência nacional.

Tanto mais nos aproximarmos desse objetivo quanto mais decisiva for a participação da classe operária na coligação oposicionista que toma forma sob nossos olhos, de maneira a que a resolução da questão nacional possa dar-se no bojo de uma verdadeira revolução antifascista.

J. Tinoco

A criança brasileira, vítima indefesa do capitalismo selvagem

Em seu número de 4 de maio de 1977, o *Jornal da Bahia* publicou uma notícia aterradoramente verdadeira: «Oito crianças, filhas de fanáticos, foram atiradas ao mar na última sexta-feira pelos seguidores da seita Igreja Assembléia de Deus». Esse bárbaro episódio ocorreu na Bahia, no coração da «potência emergente» brasileira, no ano 13 da «revolução redentora».

E a notícia continua. No inquérito policial instalado para a apuração do episódio (que decerto será devidamente «encerrado» com a punição exemplar dos fanáticos), o pai de uma das crianças imoladas declarou: «Elas foram mortas a pedido de Deus, porque no futuro seriam delinquentes...». Por trás da insânia desse pobre fanático, também ele vítima da miséria e da ignorância que estão na base do «milagre brasileiro», esconde-se um diagnóstico real: até um insensato é capaz de perceber o triste destino que o capitalismo selvagem implantado no Brasil reserva à nossa população infantil.

Não faríamos demagogia se afirmássemos que, no banco dos réus, julgados por esse bárbaro crime, deveriam estar sentados os adonos do Poder do Brasil de hoje. Porque o episódio citado não é um fato isolado. É apenas a manifestação extrema de um processo que resulta, em última instância, da política econômica que vem seguindo a ditadura militar-fascista nesses últimos 13 anos. Se o ónus dessa política recai sobre a esmagadora maioria do nosso povo, é em face da população infantil que se faz sentir com maior brutalidade o seu caráter desumano. E, na medida em que assim se compromete o futuro da nação, é aqui que se evidenciam as consequências mais danosas do modelo de capitalismo marginalizador impulsionado e defendido pelo fascismo brasileiro.

Um dos aspectos mais imediatos da questão do menor — a presença de um número crescente de «menores abandonados» nas ruas de nossas grandes cidades — chegou mesmo a constituir em 1975, objeto de uma Comissão Parlamentar de Inquérito. Além de constatar que o número de tais menores abandonados alcança a espantosa cifra de 10 milhões, o relatório da CPI afirmava ser essa «uma tendência dramática». «Uma imensa camada da população brasileira», prosseguia o relatório — está em acelerado processo de marginalização social patológica, causadora, em muitos casos, de ações criminosas».

E a CPI punha o dedo na ferida, ao indicar que «a terça parte das famílias brasileiras vive dentro de orçamento inferior a Cr\$ 1.000,00 e quase dois terços da população

ganha menos de Cr\$ 200,00 por mês». Por outro lado, a Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (PNAD), realizada sob a égide de um órgão governamental, constata que o salário mínimo atual é o limite superior de remuneração para mais da metade (52%) da população brasileira que dispõe de rendimentos. No meio rural, esse número alcança 78%. Ora, se levamos em conta que, na opinião do DIEESE, o salário mínimo deveria ser 130% superior ao promulgado em 1.º de maio do corrente ano a fim de compensar o aumento do custo de vida e se equiparar àquele de 1959, teremos a causa imediata daquela «tendência dramática» registrada pela CPI.

Mas a pauperização crescente da família brasileira não trouxe apenas como consequência a questão do abandono de milhões de menores, obrigados em grande parte — como previu corretamente o desesperado fanático que imolou o próprio filho — a se tornarem delinquentes. No meio rural, a fim de complementar o míngua orçamento familiar, milhares de crianças passam a integrar o grande contingente dos párias da sociedade brasileira, os chamados «bóias-frias» (já estimados em 8 milhões). Uma pesquisa sobre a questão, publicada no *Jornal do Brasil* (5 de dezembro de 1976), comprovou: «Há proprietários que preferem contratar os serviços de senhoras e de crianças, também enquadrados na categoria dos 'bóias-frias', com o preço fino de Cr\$ 30 a 35 para as mulheres e de Cr\$ 20 a 25 para os menores».

E, na verdade, o menor urbano abandonado, o jovem delinquente ou a criança «bóia fria» superexplorada ainda podem agradecer ao destino: ao menos por enquanto, escaparam à morte. O extraordinário aumento da mortalidade infantil depois de 1964 é algo reconhecido pelo próprio Ministro da Saúde: «Nos últimos dez anos, diz ele, a saúde pública não está conseguindo impedir o aumento da mortalidade infantil, principalmente na faixa de 0 a 4 anos». O Ministro não podia esconder que «as causas principais do problema são a deficiência no saneamento básico e a subnutrição». Mas sua proposta de solução é de um cunho espantoso: «isso é devido não apenas à baixa renda da população, mas especialmente [sic] à má utilização do orçamento em alimentação; as crianças tomam refrigerantes artificiais e desprezam as laranjas, por falta de orientação dos pais» (cf. *Tribuna da Bahia*, 7 de julho de 1975). «Se não têm pão, que comam biscoitos»: o nosso Ministro da Saúde revela-se assim um aplicado discípulo de Maria Antonieta!

O fato é que, não obstante os «conselhos alimentares» do Ministro, o problema da mortalidade infantil no Brasil só se fez agravar nos últimos anos, atingindo não apenas as regiões mais pobres do País, mas inclusive o seu centro econômico mais dinâmico, o município de São Paulo. Assim, enquanto no biênio 1960/61 a mortalidade infantil nessa cidade caiu para 61,4 por 1.000 crianças nascidas (em comparação com 129,6 por mil no biênio 1940/41), já em 1970/71 — nos anos de ponta do «milagre» — ela subiu para 89,1 por mil, chegando a 95,0 no biênio 1972/73. O coeficiente de mortalidade infantil na cidade de São Paulo, durante os últimos treze anos (ou seja, no período iniciado pelo golpe de 1964), cresceu em 45%; em 1973, como vimos, ele já ora superior ao de 25 anos atrás.

A subnutrição (a fome crônica e as precárias condições de higiene não são responsáveis apenas pela alta taxa de mortalidade infantil do País; Também o baixo nível intelectual e o deficiente poder de aprendizagem dos filhos das classes trabalhadoras [ou seja, 70% do país] decorre em grande parte desses mesmos fatores; inclusive nas grandes cidades, onde a merenda gratuita fornecida pela rede escolar pública serve de atrativo para as crianças, garantindo assim uma alta taxa de frequência, várias pesquisas demonstraram a baixa capacidade de aprendizagem dos filhos das camadas trabalhadoras, o que pode ser visto no elevado índice de reprovações (em comparação com as escolas particulares, frequentadas pelas crianças de famílias ricas). Como se sabe, o desgaste biológico sofrido na primeira infância, em consequência de uma má-alimentação, dificilmente pode ser recuperado, sobretudo no que se refere às potencialidades intelectuais. A imensa desigualdade entre as classes, estimulada e apoiada pela ditadura ameaça deixar sua marca até mesmo na constituição biológica dos seres humanos.

A ditadura militar-fascista — favorecendo a monopolização do capital, reforçando a ação das multinacionais e conservando a estrutura agrária apoiada no latifúndio — só fez agravar as desesperadoras condições de vida do povo brasileiro. O desenvolvimento das forças produtivas, promovido de modo «selvagem», às custas de uma impiedosa superexploração da força-de-trabalho, em nada contribuiu para melhorar a qualidade de vida das amplas massas trabalhadoras de nosso País.

As crianças são vítimas indefesas desse capitalismo selvagem. Lutar por um novo modelo de desenvolvimento, voltado efetivamente para as necessidades de nosso povo e aberto portanto à sua ampla participação democrática, é lutar também pelo fim desse genocídio oculto que golpeia com maior brutalidade as crianças brasileiras. Os direitos da criança a uma alimentação adequada, a condições satisfatórias de higiene e de habitação, a uma educação enriquecedora e igual para todos: esses direitos devem incluir-se, em lugar de destaque, na plataforma de luta do povo brasileiro pela implantação de uma verdadeira democracia em nosso País.

Rosália Marchezan

BASTA AO AI-5 E AO DECRETO-LEI 477